

Entenda o que a Câmara vai votar contra fraudes após o caso Fit

 congressoemfoco.com.br/noticia/114316/entenda-o-que-a-camara-vai-votar-contra-fraudes-apos-o-caso-fit

November 28, 2025

A Operação Poço de Lobato, deflagrada nessa quinta-feira (27) em seis estados e no Distrito Federal, pressionou a Câmara dos Deputados a votar um pacote legislativo que promete alterar profundamente o combate a fraudes, sonegação fiscal e adulteração na cadeia de combustíveis. O alvo central é o Grupo Fit (antiga Refit), apontado como o maior devedor de ICMS de São Paulo e suspeito de movimentar mais de [R\\$ 26 bilhões em operações fraudulentas](#).

Diante da repercussão política e econômica, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), indicou relatores e decidiu acelerar quatro projetos considerados essenciais para fechar brechas exploradas por organizações criminosas no setor. "Nosso compromisso é fortalecer o Estado, proteger o consumidor e fechar as portas para quem vive de fraude", afirmou Motta.

Projetos devem ser votados pela Câmara nas próximas semanas. Lula Marques/Agência Brasil

A seguir, o que cada projeto propõe, quem são seus autores e como cada medida se relaciona com o esquema revelado pela Operação Poço de Lobato.

O que a Câmara vai votar contra fraude, adulteração e sonegação fiscal

1. [Projeto de lei complementar 109/2025](#) - Autores: [Alceu Moreira](#) (MDB-RS), [Pedro Lupion](#) (PP-PR), [Arnaldo Jardim](#) (Cidadania-SP) e [Zé Vitor](#) (PL-MG)

Relator: [Otto Alencar Filho](#) (PSD-BA)

Objetivo

Dar à Agência Nacional de Petróleo (ANP) acesso direto às notas fiscais eletrônicas de todos os agentes da cadeia de combustíveis, sem necessidade de pedidos formais aos estados.

Como funciona

O projeto permite que a ANP consulte, em tempo real, documentos fiscais relativos a:

- produção,
- importação,
- comercialização,
- estoques,
- movimentação interestadual,
- preços praticados.

Por que isso importa

O Grupo Fit teria simulado operações interestaduais, omitido importações e movimentado combustíveis sem lastro fiscal. O acesso em tempo real às notas fiscais permite cruzar dados de:

- volume produzido volume vendido volume tributado,
- identificando rapidamente sonegação, adulteração e operações fictícias.

Impacto esperado

- redução da concorrência desleal.
- detecção automática de fraudes volumétricas e fiscais.
- fortalecimento da ação conjunta ANP-Receitas estaduais.

2. [Projeto de lei 399/2025](#) - Autor: [Flávio Nogueira](#) (PT-PI)

Relator: [Alceu Moreira](#) (MDB-RS)

Objetivo

Endurecer drasticamente as penas para adulteração de combustíveis, descumprimento das obrigações de qualidade e violação de metas ambientais do RenovaBio.

O que muda

O projeto altera a Lei nº 9.847/1999 e estabelece:

- multas de até R\$ 20 milhões para adulteração.
- multas de até R\$ 500 milhões para descumprimento das metas ambientais.
- suspensão imediata da autorização de funcionamento quando houver fundadas razões de interesse público.

Conexão com o caso Fit

A refinaria de Manguinhos - ligada ao Grupo Fit - foi interditada após indícios de:

- adulteração,
- omissão de etapas de refino,
- importações fraudulentas.

O projeto torna muito mais rígido o arsenal de punições para impedir que empresas reincidentes continuem operando mesmo sob investigação.

3. [Projeto de lei 1.923/2024](#) - Autor: [Julio Lopes](#) (PP-RJ)

Relator: [Júnior Ferrari](#) (PSD-PA)

Objetivo

Criar o Operador Nacional do Sistema de Combustíveis (ONSC), entidade privada e sem fins lucrativos destinada a monitorar em tempo real toda a movimentação de combustíveis no país.

O que o ONSC fará

O órgão será responsável por operar o Sistema Eletrônico de Informações do Setor de Combustíveis (Seisc), que reunirá dados de:

- refino,
- produção,
- importação e exportação,
- transporte,
- armazenamento,
- distribuição,
- revenda.

Detectando irregularidades, o ONSC deverá comunicar:

- ANP,
- Receita Federal,
- Ministérios Públicos,
- secretarias estaduais,
- Ministério da Justiça.

Por que isso importa

Uma das engrenagens da fraude da Fit foi a opacidade da cadeia logística. O ONSC permitirá rastreamento nacional, impedindo:

- desvios,
- operações simuladas,
- triangulações interestaduais,
- fraude volumétrica.

4. [Projeto de lei complementar 125/2022](#) - Autoria no Senado: [Rodrigo Pacheco](#) (PSD-MG)

Relatoria: [Antonio Carlos Rodrigues](#) (PL-SP)

A versão atual foi aprovada no Senado e remetida à Câmara.

Objetivo

Criar o Código de Defesa do Contribuinte e, principalmente, punir o devedor contumaz, figura central em esquemas que transformam inadimplência fiscal em modelo de negócio.

O que o projeto define como devedor contumaz quem deve mais de R\$ 15 milhões e cujo débito supera o patrimônio conhecido.

Sanções previstas:

- inativação do CNPJ,
- proibição de participar de licitações,
- veto a benefícios fiscais,
- impedimento de recuperação judicial.

Por que atinge diretamente o Grupo Fit

O governo paulista considera o conglomerado o maior devedor de ICMS do Estado, com:

- mais de R\$ 9 bilhões em passivos,
- cerca de R\$ 350 milhões por mês em impostos não recolhidos.

O projeto do devedor contumaz mira justamente empresas que usam dívidas impagáveis como estratégia comercial para disputar mercado de forma predatória.

Por que o caso Fit virou catalisador legislativo

A Operação Poço de Lobato revelou que empresas ligadas ao grupo:

- importaram R\$ 32 bilhões em combustíveis sem recolher impostos;
- usaram 17 fundos de investimento para lavar dinheiro;
- enviaram R\$ 1,2 bilhão para o estado de Delaware, nos Estados Unidos, retornando como falso investimento estrangeiro;
- manipularam declarações de importação e etapas de refino;
- operaram com "laranjas" e vínculos societários ocultos.

Com o impacto econômico e a sensação de impunidade, o governo federal reforçou a necessidade de um acordo com os EUA para rastrear os fundos usados na lavagem de dinheiro.

Se aprovados, os quatro projetos:

- criam um sistema inteiramente digitalizado de fiscalização;
- ampliam o poder de polícia da ANP;
- endurecem multas e punições para adulteração;
- estabelecem rastreamento nacional da cadeia de combustíveis;
- inibem devedores contumazes bilionários.